

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



ORGANIZAÇÃO

DCA 19-3

**MISSÃO DA SECRETARIA DE ECONOMIA,
FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA
(SEFA)**

2024

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA



ORGANIZAÇÃO

DCA 19-3

**MISSÃO DA SECRETARIA DE ECONOMIA,
FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA
(SEFA)**

2024



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

PORTARIA SEFA N° 1398/AJUR, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2024.
Protocolo COMAER n° 68000.000476/2024-60

Aprova a Diretriz que define a Missão da
Secretaria de Economia, Finanças e
Administração da Aeronáutica (SEFA).

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA no uso das atribuições que lhe conferem: o art. 22 do Decreto n° 11.237, de 18 de outubro de 2022, publicado no Diário Oficial da União (DOU) n° 199, de 19 de outubro de 2022 e o Regulamento da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (ROCA 20-8), aprovado pela Portaria GABAER n° 241/GC3, de 9 de fevereiro de 2022; o Regimento Interno da SEFA (RICA 20-2), aprovado pela Portaria SEFA n° 604/AJUR, de 17 de dezembro de 2023, combinados com o previsto no item 2.1, da letra F (Manual Eletrônico de Cargos e Funções da Aeronáutica), do Regulamento de Administração da Aeronáutica, na forma eletrônica (RADA-e), aprovado pela Portaria n° 25/GC3, de 21 de janeiro de 2021, em consonância com o que dispõe a DCA 11-45 “Concepção Estratégica Força Aérea 100”, aprovada pela Portaria n° 1.597/GC3, de 10 de outubro de 2018, e considerando o que consta do Processo n° 68000.002158/2023-52, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da DCA 19-3 “Missão da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA)”, que com esta baixa.

Art. 2º A entrada em vigor do presente ato, justificada em função da urgência, conforme disposto no Parágrafo Único, do Artigo 4º, do Decreto n° 10.139, de 28 de novembro de 2019, será na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria SEFA n° 261/AJUR, de 13 de setembro de 2022, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) n° 180, de 23 de setembro de 2022.

Ten Brig Ar ARY SOARES MESQUITA
Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica

(Publicado no BCA n° 039, de 27 de fevereiro de 2024)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 FINALIDADE	9
1.2 BASE LEGAL	9
1.3 ÂMBITO	9
2 MISSÃO	10
3 VISÃO DE FUTURO	11
4 VALORES.....	12
4.1 DEFINIÇÃO DE VALORES.....	12
5 AÇÕES ESTRATÉGICAS	14
5.1 DEFINIÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS.....	14
5.2 <u>MANTER A INTEGRIDADE DOS PROCESSOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E CONTÁBIL</u>	15
5.3 <u>GERAR AS CAPACIDADES DE LOGISTICA DE CAMPANHA APONTADAS PELA METODOLOGIA DO PBC APLICÁVEIS NO ÂMBITO SEFA</u>.....	15
5.4 <u>REDUZIR OS CUSTOS ADMINISTRATIVOS</u>	16
5.5 <u>DESENVOLVER E APRIMORAR A CAPACITAÇÃO DOS GESTORES E AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO</u>.....	16
5.6 <u>INCORPORAR MEDIDAS DE VALORIZAÇÃO DO PESSOAL NA ROTINA DAS ORGANIZAÇÕES, TAIS COMO: MANUTENÇÃO DE UM BOM AMBIENTE DE TRABALHO, RECONHECIMENTO PELOS BONS SERVIÇOS PRESTADOS, TRATAMENTO PERSONALIZADO, DENTRE OUTROS</u>.....	17
6 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	18
7 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS	20

PREFÁCIO

As Forças Armadas (FFAA) são instituições nacionais permanentes e regulares, cujas responsabilidades estão estabelecidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei Complementar nº 97/1999, alterada pelas Leis Complementares nº 117/2004 e nº 136/2010. Fundamentada nesse arcabouço legal, cada Força declara a sua respectiva missão, formula uma visão de futuro, que promova o seu desenvolvimento, e define os princípios éticos essenciais, que compõem a filosofia que rege o modo de agir da Corporação.

Segundo a DCA 11-45/2018 - CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA - FORÇA AÉREA 100, a definição da missão da Aeronáutica considera as suas atribuições legais, a sua amplitude, o seu caráter dual e a visão institucional de como são realizadas, com foco na sua atribuição principal e razão de ser como Força Armada. Considera, ainda, o seu papel de contribuinte para o desenvolvimento da Nação, de forma que possa ser facilmente entendida por todos os seus componentes.

Sinteticamente, a Aeronáutica deverá defender o Brasil, impedindo o uso do espaço aéreo brasileiro e do espaço exterior para a prática de atos hostis ou contrários aos interesses nacionais. Para isto, deverá dispor de capacidade efetiva de vigilância, de controle e de defesa do espaço aéreo, sobre os pontos e áreas sensíveis do território nacional, com recursos de detecção, interceptação e destruição.

Da mesma forma, contribuindo com o desenvolvimento da Nação, deverá participar da integração do seu território. Para tanto, disponibilizará, sempre que possível, os seus meios operacionais e logísticos para levar, a todos os pontos do País, a presença do Estado, em apoio a órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como em atendimento a políticas públicas e sociais.

A Força Aérea Brasileira (FAB) recentemente passou por um processo de reestruturação, no qual se buscou, dentre outras questões, separar claramente a atividade-meio da atividade-fim, permitindo a priorização mais adequada das ações que interferem diretamente no cumprimento da missão atribuída à Força Aérea.

Segundo a Cadeia de Valor da FAB, estabelecida pelo PCA 11-47/2018 - PLANO ESTRATÉGICO MILITAR DA AERONÁUTICA 2018 – 2027, foram discriminados os Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODGSA), considerados os protagonistas dos macroprocessos finalísticos e de gestão e suporte. A Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA) foi designada como protagonista deste último, com ênfase no Apoio Administrativo e na Execução Orçamentária.

Para que a SEFA possa cumprir com sucesso a missão a ela atribuída é essencial que os gestores e agentes da administração compreendam como esta missão está inserida na visão e na missão da Força Aérea. Ao gerir a execução do orçamento destinado pela União ao Comando da Aeronáutica (COMAER), os gestores e agentes da administração devem considerar a missão e a visão da Força Aérea como diretrizes nas suas tomadas de decisão.

A SEFA é responsável por uma atividade-meio essencial, portanto, seus produtos e ações gerenciais devem adequar-se às diretrizes de aprimoramento, a fim de

garantir o suporte integral aos combatentes da FAB, em prazo viável, custo aceitável com integridade e transparência. Assim sendo, a gestão administrativa do COMAER requer uma evolução que deverá ser obtida com a constante capacitação dos gestores e agentes da administração no uso integral de sistemas corporativos.

As capacidades de apoio necessárias ao cumprimento da missão da SEFA deverão ser providas pelos gestores e agentes da administração com base nas diretrizes do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) e do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC). Com a finalidade de possibilitar ao combatente o provimento das capacidades necessárias ao cumprimento de sua missão, é primordial que lhe seja garantida a prontidão no apoio administrativo, orçamentário, financeiro e patrimonial.

Conforme ditames da Diretriz do Comandante 2023, a consecução dos planejamentos estratégicos e as adequações organizacionais dos últimos anos, tanto no campo operacional quanto na esfera administrativa, foram vitais para que a FAB se mantivesse contemporânea. Assim, como norte da bússola da FAB, estará a governança institucional, calcada na gestão de risco, transparência, integridade e *accountability*.

É com base nessa análise político-estratégica e gerencial que a visão de futuro para a gestão da economia, das finanças e da administração na FAB apresenta-se aos gestores e agentes da administração. O objetivo desta Diretriz é divulgar àqueles que interagem com a SEFA, a Diretoria de Administração da Aeronáutica (DIRAD) e a Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica (DIREF), a Missão, a Visão de Futuro e os Valores que fazem destas Organizações componentes singulares no cumprimento, com efetividade, da Missão do COMAER

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

1.1.1 A Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA) tem por finalidade coordenar e supervisionar, por intermédio dos órgãos da sua estrutura regimental, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER):

a) as atividades relativas à normatização da gestão contratual e dos demais instrumentos de parceria (termos de execução descentralizada, convênios e instrumentos congêneres) e à supervisão da execução das atividades de natureza contábil, econômica, orçamentária e financeira das Unidades Gestoras (UG) do COMAER; e

b) as atividades relacionadas com as áreas da gestão de apoio administrativo, como: o suporte da estrutura administrativa; a gerência das atividades de pagamento de pessoal, de subsistência, de produção e distribuição de alimentos, de transporte de superfície, de próprios nacionais residenciais, de hotelaria, de aquisições, de estoque e almoxarifados, de provisões, de fardamento e de material de intendência de campanha.

1.1.2 A Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica (DIREF) tem por finalidade normatizar a gestão contratual e dos instrumentos de parceria (termos de execução descentralizada, convênios e instrumentos congêneres), assim como supervisionar a execução das atividades de natureza contábil, econômica, orçamentária e financeira das UG do COMAER.

1.1.3 A Diretoria de Administração da Aeronáutica (DIRAD) tem por finalidade normatizar e orientar as atividades relacionadas com o apoio administrativo, bem como gerenciar, normatizar, orientar, fiscalizar e supervisionar as atividades dos seguintes Sistemas: de Próprios Nacionais Residenciais; de Provisões; de Fardamento Reembolsável; de Pagamento de Pessoal; de Subsistência; de Transporte de Superfície; de Hotelaria e de Apoio Logístico de Campanha.

1.2 BASE LEGAL

A Base Legal observada por esta Diretriz está listada no item Referências.

1.3 ÂMBITO

Esta Diretriz tem sua aplicação no âmbito da SEFA e suas OM subordinadas.

2 MISSÃO

2.1 Missão de uma Organização é a expressão do seu propósito ou de sua razão de ser segundo uma perspectiva ampla e duradoura. Assim sendo, a missão individualiza e identifica o escopo das operações executadas pela Organização em termos de produtos e serviços realizados. O entendimento da missão é de capital importância para a compreensão do papel que uma Organização desempenha em prol da sociedade e para ela. Para uma organização governamental, como o Comando da Aeronáutica, a missão pode ser entendida como a função que ela desempenha de modo a tornar útil sua ação e justificar o seu trabalho, do ponto de vista dos seus integrantes e da sociedade em que atua.

2.2 A Missão da Aeronáutica, conforme estabelecido na DCA 11-45/2018, é:

“MANTER A SOBERANIA NO ESPAÇO AÉREO E INTEGRAR O TERRITÓRIO NACIONAL, COM VISTAS À DEFESA DA PÁTRIA”.

2.3 Assim, a Missão define-se como:

2.3.1 Da SEFA:

“PROVER SERVIÇOS E PROCESSOS AO COMANDO DA AERONÁUTICA, NAS ÁREAS DE ECONOMIA, FINANÇAS, CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO, DE FORMA EFICAZ, EFICIENTE E EFETIVA, COM BASE NA INTEGRIDADE E NA TRANSPARÊNCIA.”

2.3.2 Da DIREF:

“PROVER NORMATIZAÇÕES E ORIENTAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E DE GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS PARA AS ORGANIZAÇÕES DO COMANDO DA AERONÁUTICA, E ASSESSORAR AS INSTÂNCIAS SUPERIORES, CONTRIBUINDO PARA O CUMPRIMENTO DA MISSÃO DA SEFA”.

2.3.3 Da DIRAD:

“PROVER ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO, DE PAGAMENTO DE PESSOAL, DE SUBSISTÊNCIA, DE FARDAMENTO, DE MATERIAL DE INTENDÊNCIA, DE TRANSPORTE DE SUPERFÍCIE, DE LOGÍSTICA DE CAMPANHA, DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS, DE HOTELARIA, DE ENCARGOS ESPECIAIS, E DE ATIVIDADE AGROPASTORIL, CONTRIBUINDO PARA O CUMPRIMENTO DA MISSÃO DA SEFA”.

3 VISÃO DE FUTURO

3.1 A visão, sempre pautada na missão, desenha um panorama futuro para uma instituição, que venha a ser construído, a partir da concentração de esforços, em determinados aspectos, que produzirão impactos significativos no seu desenvolvimento.

3.2 Portanto, a Visão de Futuro, norteadas pelos seus valores éticos e morais, é assim definida:

3.2.1 Da SEFA:

“SER RECONHECIDA, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, COMO UMA ORGANIZAÇÃO DE DIREÇÃO SETORIAL DE EXCELÊNCIA, NA GESTÃO E NA GOVERNANÇA DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, CONTÁBEIS, ECONÔMICAS E FINANCEIRAS QUE DÃO SUPORTE AO CUMPRIMENTO DA MISSÃO DO COMANDO DA AERONÁUTICA”.

3.2.2 Da DIREF:

“SER RECONHECIDA COMO ORGANIZAÇÃO DE EXCELÊNCIA NAS ÁREAS DE ECONOMIA, FINANÇAS, CONTABILIDADE E GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS NO ÂMBITO DO COMANDO DA AERONÁUTICA”.

3.2.3 Da DIRAD:

“SER RECONHECIDA COMO UMA ORGANIZAÇÃO DE EXCELÊNCIA NAS ÁREAS DE APOIO ADMINISTRATIVO, PAGAMENTO DE PESSOAL, SUBSISTÊNCIA, FARDAMENTO GRATUITO E REEMBOLSÁVEL, MATERIAL INTENDÊNCIA, TRANSPORTE DE SUPERFÍCIE, LOGÍSTICA DE CAMPANHA; PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS; HOTELARIA, ENCARGOS ESPECIAIS, E NA ATIVIDADE AGROPASTORIL, NO ÂMBITO DO COMANDO DA AERONÁUTICA”.

4 VALORES

4.1 DEFINIÇÃO DE VALORES

4.1.1 Valores são princípios duradouros que sintetizam a essência da organização. São fundamentais para agrupar as pessoas em torno de pensamentos e comportamentos, provendo-lhes senso de direção diante das constantes mudanças do cotidiano.

4.1.2 Além de contribuírem para a coesão e a harmonia no ambiente de trabalho, os valores possuem uma íntima relação com a estratégia. Estes antecedem as práticas e os objetivos organizacionais, os quais devem ser alterados sempre que violarem os valores.

4.1.3 De acordo com as conceituações inseridas na DCA 11-45/2018 – Concepção Estratégica – Força Aérea 100, é importante ressaltar que existem muitas qualidades desejáveis para uma instituição, porém apenas algumas delas são consideradas realmente essenciais para sua existência. Neste contexto, a FAB sintetizou cinco valores que traduzem a personalidade da Força. Estes valores devem ser vivenciados por todos os militares e civis da Força Aérea. São eles:

- a) Disciplina;
- b) Patriotismo;
- c) Integridade;
- d) Comprometimento; e
- e) Profissionalismo.

4.1.4 Considerando que os valores organizacionais representam os princípios que devem nortear as ações e a conduta do efetivo de uma instituição, além dos valores anteriormente sintetizados pelo COMAER, a SEFA reconhece que devem também nortear a execução das atividades realizadas por esta Secretaria e suas Organizações subordinadas os seguintes valores:

- a) Legalidade: É colocar a lei como prioridade nas decisões administrativas. Isso significa que ela deve estar acima dos interesses do setor e dos pessoais. Portanto, uma ação só pode ser tomada se estiver de acordo com a legislação vigente;
- b) Eficiência: É gerir a coisa pública com efetividade, economicidade, transparência e moralidade, visando cumprir as metas estabelecidas;
- c) Excelência: É uma medida de desempenho associada à qualidade de um serviço e, no âmbito da administração pública, se refere ao nível máximo de desempenho que se pode alcançar; e
- d) Comprometimento: É um conjunto de forças energizantes que contribuem para o comportamento motivado (intencional). O comprometimento organizacional pode servir como uma fonte particularmente importante de motivação e muita vez pode levar à persistência na execução de determinada tarefa.

4.1.5 Estes valores são sintetizados em cinco pilares:

- a) Gestão de riscos: refere-se às atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização no que se refere ao risco;
- b) Controles internos: trata-se da avaliação dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da SEFA e das OM subordinadas;
- c) Monitoramento e Avaliação dos resultados: refere-se à utilização de indicadores, dos painéis (QLIKVIEW e QLIKSENSE) e aos acompanhamentos dos processos por meio do GPAER (Sistema de Gestão Estratégica da Aeronáutica) e de outras ferramentas sistêmicas;
- d) Valorização e respeito profissional: entende-se por promover um maior engajamento do efetivo com a cultura corporativa, reduzir a ansiedade e o estresse no ambiente profissional, visando aumentar o desempenho nos trabalhos realizados; e
- e) Conformidade: trata-se da verificação da conformidade do processo em relação aos procedimentos, políticas, normas e padrões estabelecidos.

5 AÇÕES ESTRATÉGICAS

5.1 DEFINIÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS

5.1.1 A excelência na gestão será um padrão de conduta aplicado por esta Secretaria para o cumprimento de sua missão, balizada nos valores da Força Aérea. A excelência começa com um diagnóstico das demandas das Organizações atendidas, e prossegue com uma avaliação contínua de como se pode atender melhor ao efetivo e às organizações.

5.1.2 Os valores se constituem em fonte de orientação e de inspiração nos locais de trabalho e nas ações da Organização, sejam elas administrativas ou operacionais. São os elementos motivadores que direcionam as atividades das pessoas integrantes de uma Instituição, permitindo a coesão, alicerçada na camaradagem e no espírito de corpo, capaz de gerar sinergia para inspirar a Instituição na consecução de seus objetivos.

5.1.3 As metas da SEFA reforçam o compromisso com a excelência em nossas atividades diárias e devem refletir a necessidade para consecução dos objetivos estratégicos da Força Aérea. Cada uma dessas metas será apoiada por objetivos e resultados desejados, que avaliem o desempenho no apoio à missão da Força Aérea.

5.1.4 No nível regional, os líderes implementarão medidas adicionais que lhes propiciem o levantamento de indicadores relativos às necessidades das organizações subordinadas no atendimento às organizações apoiadas.

5.1.5 A melhoria contínua pautada em inovações será a tônica para acompanhar a modernização da Administração Pública Federal, refletida sempre em melhores produtos entregues à sociedade e às nossas OM apoiadas do COMAER.

5.1.6 As ações estratégicas praticadas pela SEFA são:

- a) Manter a integridade dos processos de apoio administrativo, financeiro e contábil;
- b) gerar as capacidades delineadas pela aplicação da metodologia do PBC, aplicáveis ao âmbito da SEFA;
- c) reduzir os Custos Administrativos;
- d) desenvolver e aprimorar a capacitação dos gestores e agentes da administração; e
- e) incorporar medidas de valorização do pessoal na rotina das Organizações, tais como: manutenção de um bom ambiente de trabalho, reconhecimento pelos bons serviços prestados, tratamento valorizando a meritocracia, dentre outros.

5.1.7 As ações estratégicas praticadas pela DIREF são:

- a) estreitar os canais de comunicação junto ao Ministério da Defesa, à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda e à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento e Orçamento, de modo a obter uma maior probabilidade de êxito nas negociações de remanejamento e complementação de recursos orçamentários;

- b) incorporar medidas de valorização do pessoal na rotina das Organizações, tais como: manutenção de um bom ambiente de trabalho, reconhecimento pelos bons serviços prestados, tratamento personalizado, dentre outros;
- c) criar uma metodologia de registro e compartilhamento de informações de natureza econômica com os ODGSA, garantindo a fidedignidade dos dados e permitindo análises apuradas e precisas em suporte ao processo decisório; e
- d) aprimorar os mecanismos de controle da execução orçamentária, de modo a conter o aumento de empenhos inscritos em restos a pagar para execução nos anos seguintes.

5.1.8 As ações estratégicas praticadas pela DIRAD são:

- a) dimensionar o quantitativo de recursos humanos das organizações da SEFA necessários à condução das atividades afetas às responsabilidades dos seus sistemas vinculados. A Tabela de Pessoal decorrente do dimensionamento deverá considerar a demanda total, incluindo militares de carreira, militares temporários, militares da reserva e funcionários civis;
- b) incorporar medidas de valorização do pessoal na rotina das Organizações, tais como: manutenção de um bom ambiente de trabalho, reconhecimento pelos bons serviços prestados, tratamento personalizado, dentre outros; e
- c) padronizar procedimentos referentes aos processos administrativos, informatizando-os quando aplicável.

5.2 MANTER A INTEGRIDADE DOS PROCESSOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E CONTÁBIL

As organizações apoiadas, elos de sistemas e usuários finais de processos geridos pela SEFA pressupõem que os produtos entregues e os serviços a eles destinados sejam fornecidos com a devida integridade. Nesse sentido, a responsabilidade de cada integrante desta Secretaria na realização de suas tarefas é fator fundamental para a manutenção da relação de confiança entre a SEFA, suas instituições relacionais e o seu público atendido.

5.3 GERAR AS CAPACIDADES DE LOGÍSTICA DE CAMPANHA APONTADAS PELA METODOLOGIA DO PBC APLICÁVEIS AO ÂMBITO DA SEFA

5.3.1 O Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) é uma metodologia de planejamento estratégico, que traduz as orientações político-estratégicas em prioridades de defesa. Considera cenários prospectivos, nos quais são mapeadas as possíveis atuações do poder militar, que devem ser suficientemente organizadas em capacidades que cumpram metas. Estas capacidades são avaliadas, as lacunas e os excessos são mapeados e as opções de desenvolvimento são propostas, considerando as restrições orçamentárias, os riscos e as prioridades de defesa.

5.3.2 O PBC propõe apontar as capacidades necessárias, traduzidas em Soluções de Força, para superar os desafios decorrentes do Cenário Militar de Defesa.

5.3.3 A Ideia de Manobra para os Cenários Aeroespaciais foi construída de forma singular, em sinergia com especialistas dos ODGSA, e feita em cima de uma concepção operacional

prospectada para 2031, com o fito de estabelecer parâmetros e condições de contorno para o Planejamento Estratégico e Operacional. Neste contexto, clarifica-se que essa concepção não cercearia o Comandante da Força Aérea Componente de sua liberdade quanto à Arte Operacional.

5.3.4 A análise introdutória das Capacidades operativas apontou atributos qualitativos e quantitativos que poderiam indicar Soluções de Força para o suporte logístico das operações, considerando as atividades atualmente desempenhadas pelo Grupamento de Apoio Logístico de Campanha (GALC), compondo a Capacidade Operacional Logística, à luz dos Cenários Aeroespaciais.

5.3.5 Resultados esperados:

- a) elevar o nível de prontidão da Força Aérea;
- b) redistribuir os recursos orçamentários para a atividade-fim, provenientes da redução de custos administrativos; e
- c) por intermédio do GALC, prover hospedagem com conforto térmico em abrigos de campanha, contemplando o fornecimento de água potável e energia elétrica, condições de higiene e asseio pessoal, somando o recebimento, a armazenagem e o preparo de víveres, com o serviço de subsistência realizado em refeitórios de infraestrutura fixa ou temporária, além de recuperar, identificar, evacuar, preparar e dispor os restos mortais e prestar apoio aos familiares afetos dos militares abatidos em combate, com a finalidade de apoiar os contingentes e localidades identificadas nos Cenários Aeroespaciais, considerando ainda fatores físicos e ambientais.

5.4 REDUZIR OS CUSTOS ADMINISTRATIVOS

5.4.1 A gestão de recursos orçamentários cada vez mais escassos em um cenário externo de incertezas torna imperativa a busca pela redução dos custos da atividade-meio, a partir dos resultados das Ações Estratégicas da SEFA, por intermédio de uma estrutura cada vez mais moderna e ágil.

5.4.2 Para tanto, deve-se estabelecer políticas voltadas para a promoção da cultura da excelência da Gestão na Organização, que estimulem o capital humano a desenvolver e utilizar seu potencial em alinhamento com as estratégias organizacionais, além de incentivar iniciativas criativas internas que melhorem a qualidade do serviço executado.

5.5 DESENVOLVER E APRIMORAR A CAPACITAÇÃO DOS GESTORES E AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO

5.5.1 Considerando-se que o comprometimento e a capacitação do efetivo são fundamentais para o sucesso no cumprimento da missão, a SEFA deverá envidar significativa atenção e esforços para manter seu efetivo capacitado e treinado em suas áreas de atuação.

5.5.2 Neste sentido, deve-se priorizar a capacitação contínua dos militares e servidores civis da SEFA, por meio da identificação das necessidades de qualificação e da satisfação das mesmas, buscando utilizar e reter na OM todo o conhecimento auferido.

5.5.3 Pode-se, desta feita, listar como resultados esperados das ações de capacitação:

- a) o acréscimo de conhecimento para que o efetivo desempenhe suas funções com excelência;
- b) a criação de oportunidades para evolução das habilidades do efetivo no exercício de suas funções; e
- c) o estímulo à atitude coletiva de proatividade no cumprimento da missão.

5.6 INCORPORAR MEDIDAS DE VALORIZAÇÃO DO PESSOAL NA ROTINA DAS ORGANIZAÇÕES, TAIS COMO: MANUTENÇÃO DE UM BOM AMBIENTE DE TRABALHO, RECONHECIMENTO PELOS BONS SERVIÇOS PRESTADOS, TRATAMENTO PERSONALIZADO, DENTRE OUTROS.

Serão objetivos permanentes da SEFA e de suas Diretorias subordinadas o desenvolvimento, a qualificação e a valorização dos seus recursos humanos, através do reconhecimento do capital humano como principal fator de desenvolvimento destas Organizações; e da criação das condições necessárias ao seu contínuo crescimento profissional e pessoal. Considerar que a base para o alcance da eficiência e da eficácia no local de trabalho está no conhecimento, habilidade, criatividade, motivação e competência das pessoas.

6 DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

6.1 Esta Diretriz deverá ser reavaliada e atualizada, sob a coordenação do Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, sempre que se fizer necessário, evitando-se um período maior do que dois anos entre as revisões.

6.2 Considerando que o horizonte temporal de Visão de Futuro da SEFA está adequado às Diretrizes do Comando da Aeronáutica, esta DCA deverá ter seus prazos reajustados, quando assim forem aquelas Diretrizes.

6.3 Esta DCA deverá ser considerada em toda revisão dos ROCA e RICA da SEFA, da DIREF, da DIRAD, bem como nas revisões das Normas Padrões de Ação (NPA) das OM subordinadas.

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

Orientações e Diretrizes não contidas nesta DCA serão submetidas à apreciação e à decisão do Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 1.224/GC3, de 10 de novembro de 2020. Aprova a reedição da Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume 1 (DCA 1-1). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 205, f. 14971, 12 novembro 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 1.597/GC3, de 10 de outubro de 2018. Aprova a reedição da DCA 11-45 “Concepção Estratégica - Força Aérea 100”. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 180, f. 11265, 15 outubro 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 2.102/GC3, de 18 de dezembro de 2018. Aprova a reedição do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PCA 11-47). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 222, f. 14766, 20 dezembro 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria DIRAD nº 200/1GAB-5, de 6 de outubro de 2022. Aprova o Regimento Interno da Diretoria de Administração da Aeronáutica (RICA 21-199). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 198, f. 15140, 20 outubro 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria DIREF nº 7/AJUR, de 17 de janeiro de 2022. Aprova a reedição do RICA 21-274 "Regimento Interno da Diretoria da Economia e Finanças da Aeronáutica" (ROCA 21-274). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 19, f. 1250, 27 janeiro 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria GABAER nº 153/GC3, de 23 de setembro de 2021. Aprova o Regulamento da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica (ROCA 21-100). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 179, f. 13522, 28 setembro 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria GABAER nº 154/GC3, de 23 de setembro de 2021. Aprova o Regulamento da Diretoria de Administração da Aeronáutica (ROCA 21-26). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 179, f. 13523, 28 setembro 2021.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria GABAER nº 241/GC3, de 9 de fevereiro de 2022. Aprova o Regulamento da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (ROCA 20-8). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 029, f. 1753, 10 fevereiro 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Portaria SEFA nº 366, de 14 de abril de 2023. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica – SEFA (RICA 20-2). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 071, f. 5423, 19 abril 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a Organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 08 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm. Acesso em: 08 maio 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Alterada pela Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 e pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 08 maio 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp117.htm#art15%C2%A73. Acesso em: 08 maio 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm#art1. Acesso em: 08 maio 2023.